

# ANÁLISE DOS DADOS TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO ALAGOANO

## 1. Contextualização

O Território do Alto Sertão de Alagoas abrange uma área de 3.935,20 Km<sup>2</sup>, abrangendo 14,06% do território do Estado de Alagoas. É composto por 8 municípios: Inhapi, Canapi, Mata Grande, Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas, todos inseridos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, segundo classificação da Agência Nacional de Águas.

Segundo o IBGE, a população total do território é de 158.941 habitantes, sendo que 61,95% vivem na zona rural. Este território possui 12.225 agricultores familiares, 1.038 famílias assentadas, 6 comunidades quilombolas e 1 terra indígena. Ocorre ainda, que seu IDH médio é 0,58 (PTDRS do Alto Sertão). O setor econômico que mais gera empregos formais é o de serviço (3.747 pessoas ocupadas), sendo o setor com o menor número de empregos formais o agropecuário (13 pessoas ocupadas) (SIT/SDT/MDA). Este fato sinaliza que há uma tendência ao êxodo rural, ou a criação de uma situação permanente de dependência dos agricultores familiares a transferência de renda por meio dos programas sociais ou benefícios e auxílios oriundos da seguridade social.

Os maiores municípios do Território são Delmiro Gouveia, com uma população de 42.995 habitantes, sendo que 78,06% encontram-se na área urbana e Mata Grande com uma população de 25.032 habitantes, sendo que 81,10% encontram-se na área rural.

O Território ainda conta com a centenária cidade de Piranhas, que com seu casario colonial foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional.

A região entre Delmiro Gouveia e Piranhas sofreu um grande impacto no início da década de 80 com o início das obras da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, que viveu nos anos 90 seu grande apogeu, trazendo para a região mais de 3.000 homens, dezenas de empresas e, conseqüentemente, gerou uma maior circulação de dinheiro no território.

Com o término das obras a maior parte deste contingente deixou a região e não foi feito nenhum planejamento ou um projeto estruturante para manter estas pessoas e nem sequer para boa parte das que ficaram, surgindo a partir daí, grandes problemas sociais, como por exemplo, o surgimento de uma favela no bairro Xingó, no município de Piranhas, mas precisamente no complexo de alojamentos denominado Fazendinha.

As obras de infraestrutura foram importantes para o desenvolvimento e criação de municípios na região do Ato Sertão Alagoano. Por exemplo, o município de Canapi, começou a estruturar-se enquanto aglomerado urbano, a partir de obras de implantação da BR-316. Com a chegada do funcionário do DNOCS, Luis Bastos e dos trabalhadores que foram atraídos para a

região, devido aos empregos gerados pela obra de pavimentação, intensificaram o processo de colonização e povoamento da região e dinamizaram a economia local.

Outro fato interessante ocorre em Inhapi, onde há três microclimas bem definidos. Neste município existe um gradiente climático, onde na região mais alta o microclima é mais chuvoso, na outra ponta o microclima predominante é semi-árido. Todos estes fatores influenciam diretamente no sistema produtivo agrícola demandando dos governantes estratégias diferenciadas sob o risco de exclusão de agricultores do sistema comercial e social.

Portanto, observa-se que o Território do Alto Sertão Alagoano passou por diversas mudanças socioeconômicas, principalmente, a partir das obras de infraestrutura realizadas no território. Todavia, estas obras apenas trouxeram benefícios temporários, durante sua execução, sendo gerados problemas sociais após sua execução. Ocorre ainda, que o território apresenta uma diversificação microclimática, que por sua vez gera uma vulnerabilidade socioambiental para os agricultores. Assim, caso as particularidades não sejam contempladas vulnerabilidades são geradas para os agricultores, fato este que leva a degradação ecológica, exclusão social e torna-se inviável economicamente produzir.

## 2. IDENTIDADE

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) “A *identidade* de uma população, ou grupo cultural, são as características e os traços distintos que possibilitam que os indivíduos que fazem parte de uma população específica, reconheçam-se mutuamente, assim como se diferenciem de outras populações ou grupos. A expressão do grupo, a ação social e coletiva frente a outros grupos, é a manifestação da *identidade*”.

Autores como Haesbaert (2004) e Souza (2005) afirmam que a identidade é fundamento balizador para a construção e para o fortalecimento de um território. Afirma ainda, que por meio do território os atores locais conseguem construir um ambiente propício a sua autonomia e emancipação social, uma vez que constroem laços de envolvimento com o território e com a coletividade nele contido.

Assim, após a aplicação do Q2 aos membros componentes do Colegiado do Alto Sertão Alagoano observou-se que a identidade que gera uma maior coesão entre as diversas identidades contidas no território é a agricultura familiar (0,870). Isso deriva-se do fato de que a maior parte dos municípios que compõe este território possuem, predominantemente, uma população caracterizada como rural – 61,95% da população do território. Todavia, as demais identidades contribuem para o processo de construção e fortalecimento do Território (observar **Quadro 1** e **Gráfico 1**).

**Quadro 1 – Valores de Identidade Territorial**

Categorias	Valor	Classificação
1. Ambiente	0,759	Médio Alto
2. Agricultura familiar	0,870	Alto
3. Economia	0,744	Médio Alto
4. Pobreza	0,660	Médio Alto
5. Etnia	0,636	Médio Alto
6. Colonização	0,575	Médio
7. Político	0,670	Médio Alto

**Legenda:**

**0,00 – 0,20 = Baixo**

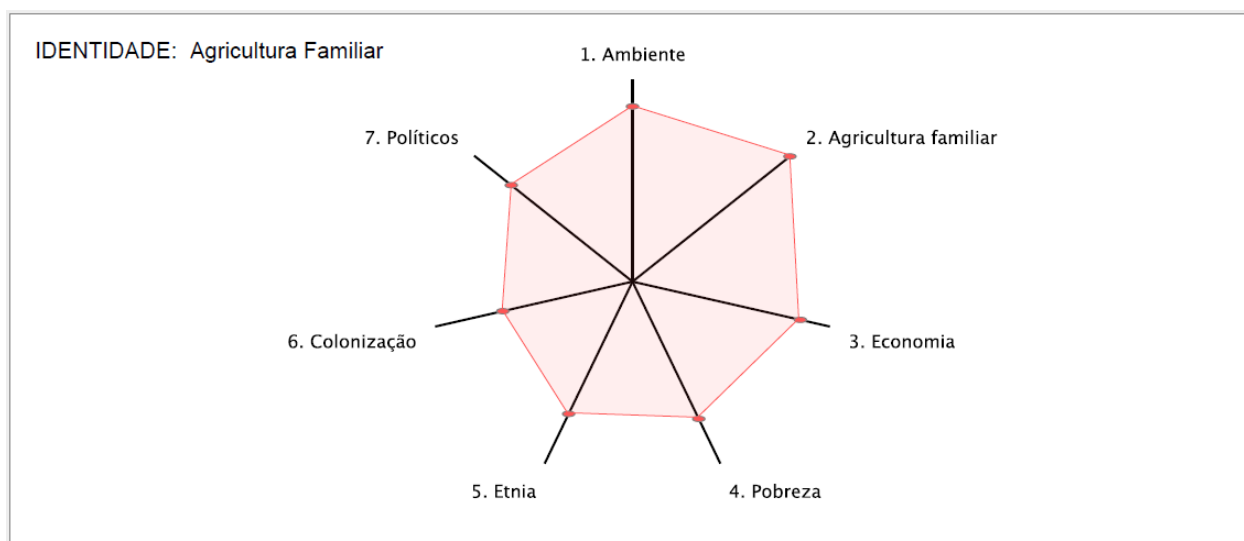
**0,40 – 0,60 = Médio**

**0,80 – 1,00 = Alto**

**0,20 – 0,40 = Médio Baixo**

**0,60 – 0,80 = Médio Alto**

**Gráfico 1 – Valores de Identidade Territorial**



A partir das informações acima, percebe-se que este território possui uma multiplicidade de identidades que corroboram com a sua estruturação, todavia, esta multiplicidade pode gerar fragmentação, por conseqüência fragilidades na coesão identitária, caso cada grupo busque seu bem-estar em detrimento aos demais ou caminhos alternativos ao proposto pela coletividade.

Entretanto, isso não fora observado, pelo contrário, percebe-se uma coesão entre as diversas identidades e as formas de reivindicar bem-estar social, econômico e ambiental, sendo a identidade territorial agricultura familiar o principal elemento aglutinador e consolidador do Território do Alto Sertão Alagoano.

Outro fato interessante é que os valores de Identidade Territorial também expressão o contexto (ou cenário) em que se encontram e se reproduzem socialmente os agricultores familiares. Isto decorre do fato de que a agricultura constitui-se numa atividade importante para o Território, seja numa perspectiva comercial ou não mercantil (autoconsumo). Todavia, os agricultores detêm como um obstáculo ao desenvolvimento de seus sistemas produtivos os fatores endofoclimático (escassez de chuva, calor, etc.) e baixa fertilidade do solo, por exemplo, que impacta diretamente na inserção dos agricultores aos sistemas comerciais, devido à baixa quantidade produzida, que muitas vezes são suficientes apenas para o consumo da família. Esta situação demanda políticas governamentais em termos de assistência técnica e de acesso a instrumentos que viabilizem a produção e/ou demandam políticas governamentais para o combate a pobreza.

Neste sentido, as identidades territoriais também constituem-se num espaço de diálogo entre os diversos atores sociais do Território de maneira que são reivindicadas, ao tempo que são propostas, soluções aos diversos problemas existentes no Território de maneira participativa.

### 3. Capacidades Institucionais

A SDT/MDA define as Capacidades Institucionais como

[...] às condições e recursos disponíveis às estruturas organizativas do Território - considerando seu arranjo político-institucional - e às organizações autônomas da sociedade civil e de representação estatal/social, para a gestão social das políticas públicas, bem como para a execução dos seus projetos. Especificamente, sobre as organizações de gestão dos territórios rurais, a compreensão das Capacidades Institucionais deve considerar as principais áreas de desenvolvimento institucional referidas aos territórios rurais no marco da política de desenvolvimento rural sustentável.

Estas capacidades são importantes para a construção do processo de desenvolvimento a partir do território, uma vez que observa o poder de articulação entre os atores, entre instituições e entre atores e instituições, além das questões associadas ao processo de gestão.

O **Quadro 2** e o **Gráfico 2** abaixo demonstra que há uma frágil capacidade institucional no território, uma vez que os indicadores alcançam, no máximo, um patamar de médio baixo. Observa-se que os indicadores com valores mais baixos são os Serviços Institucionais Disponíveis e Mecanismos de Solução de Conflitos. Estes indicadores são importantes, pois, enquanto o primeiro contribui para que haja uma melhoria econômica para os diversos grupos sociais, o segundo indicador reflete diretamente sobre a melhoria das condições sociais e para a construção de espaços de diálogo e reivindicação social.

**Quadro 2 – Indicadores de Capacidades Institucionais**

Indicadores de Capacidades Institucionais	0,391	Médio Baixo
1. Gestão dos Colegiados	0,575	Médio
2. Capacidades Organizacionais	0,432	Médio
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,286	Médio Baixo
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,460	Médio
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,208	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0,589	Médio
7. Iniciativas Comunitárias	0,417	Médio
8. Participação	0,544	Médio

**Legenda:**

**0,00 – 0,20 = Baixo**

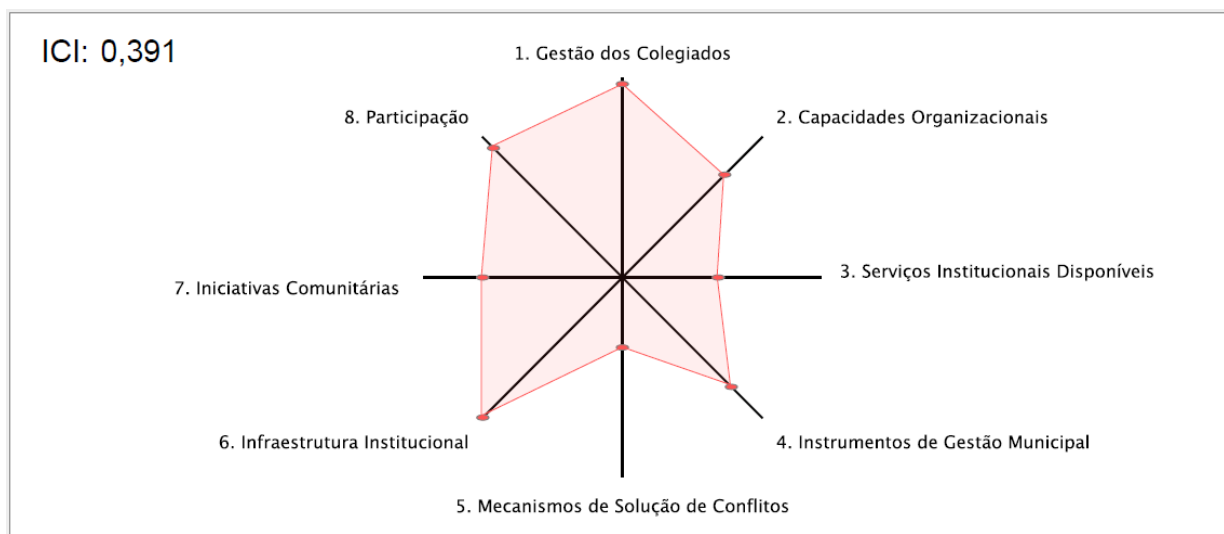
**0,40 – 0,60 = Médio**

**0,80 – 1,00 = Alto**

**0,20 – 0,40 = Médio Baixo**

**0,60 – 0,80 = Médio Alto**

**Gráfico 2 – Indicadores de Capacidades Institucionais**



Ocorre ainda, que o indicador Capacidades Organizacionais, Iniciativas Comunitárias e Instrumentos de Gestão Municipal, também se apresentam com um baixo valor, mesmo sendo considerado médio. Estes indicadores são importantes para a gestão do território, uma vez que contemplam a capacidade de articulação dos atores e sua capacidade organizacional para gerirem seu processo de desenvolvimento e suprimirem suas demandas sociais. Associa-se a isso os Instrumentos de Gestão Municipal que devem prestar suporte e/ou incentivar o processo de desenvolvimento do território.

No Território do Alto Sertão observa-se uma desarticulação entre sociedade civil e poder público (municipal, estadual e federal). Apesar dos debates e decisões demandarem a participação dos diversos atores participantes do Território (aqui fala-se do Colegiado) existe um vazio deixado pelas instituições públicas que participam esporadicamente das reuniões do Colegiado. Neste sentido, cria-se uma falha na estrutura de gestão, uma vez que há uma demanda por serviços institucionais (seja de cunho social, político e econômico), mas o ator social responsável por ofertar estes serviços não está presentes aos debates gerando uma situação de crescente desinteresse nos demais atores sociais. Fato este que gerou um esvaziamento das reuniões do Colegiado.

Deste modo, fica inviável pensar em desenvolvimento territorial sem que haja a participação das instituições governamentais neste processo, uma vez que estes atores detêm instrumentos importantes para dirimir os conflitos existentes no Território, tais como: infraestrutura para abertura e manutenção de estradas necessárias ao escoamento produtivo e para o fluxo de pessoas; pessoal e equipamentos e implementos que podem incentivar e melhorar a produção agrícola, etc.

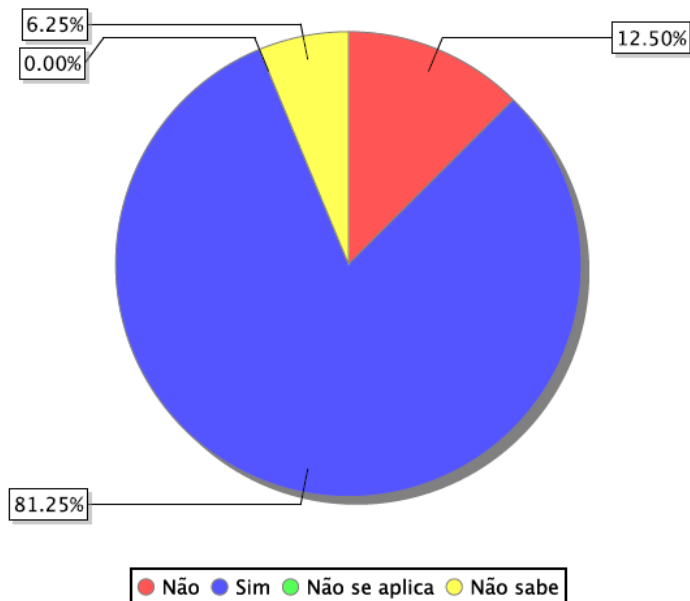
Portanto, percebe-se que o Indicador de Capacidade Institucional, apresenta-se como um indicador preocupante, sendo necessário que haja uma maior participação dos diversos atores sociais no Colegiado do Território de maneira que as diversas identidades, problemáticas e interesses sejam resolvidos, a partir do interesse coletivo do Território, fato este que já vem ocorrendo, mas que está sofrendo um processo gradativo de desarticulação.

#### **4. Gestão do Colegiado**

Entender como funciona a gestão do Colegiado constitui-se num exercício de entendimento acerca dos atores e forças que atuam no território. Além disto, torna-se um *lócus* de observação do comportamento e de relação de poder entre os diversos atores e as diversas identidades que compõe o Colegiado.

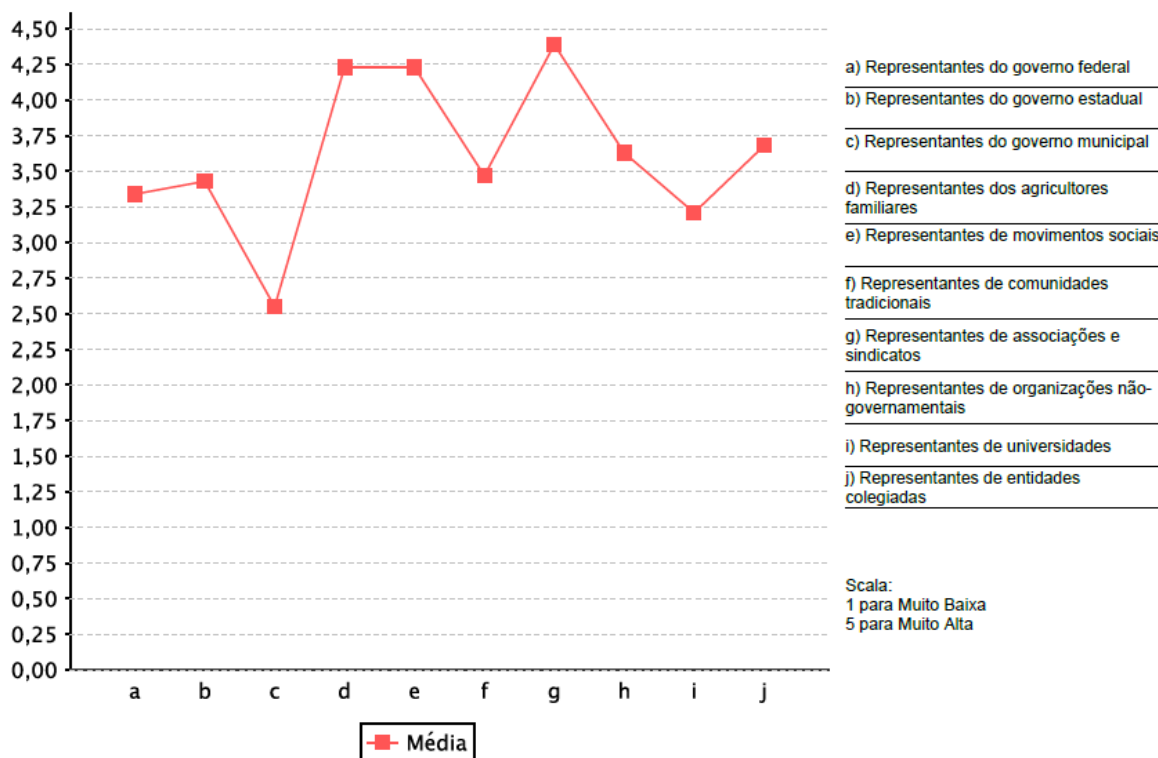
Neste sentido, o primeiro ponto observado foi em relação à existência de um assessor técnico que apóie permanentemente a gestão do Colegiado. Para 81,25% dos membros do Colegiado existe o assessor técnico que apóie permanentemente a gestão do Colegiado, todavia, para 18,75% dos entrevistados, ou não se aplica a pergunta ou não souberam explicar. Isso é um fato interessante, pois quem conduz toda a sistemática das reuniões do Colegiado é justamente o assessor técnico, fato este, que demonstra que ainda há desconhecimento dentro do Colegiado acerca do papel do assessor técnico (**Gráfico 3**).

**Gráfico 3** – Existência de um assessor técnico que apóie permanentemente a gestão do Colegiado



Outro aspecto importante para a gestão do Colegiado refere-se à avaliação da capacidade de decisão de cada membro. De acordo com o observado, os membros que apresentam menor capacidade de decisão são os representantes do governo municipal. Já os membros que apresentam a maior capacidade de decisão são os representantes de associações e sindicatos (**Gráfico 4**).

**Gráfico 4** – Avaliação da capacidade de decisão de cada membro do colegiado



Esse fato reforça a argumentação trazida anteriormente acerca da incipiente participação das instituições governamentais na gestão do colegiado. Todavia, é trazida a baila que o governo

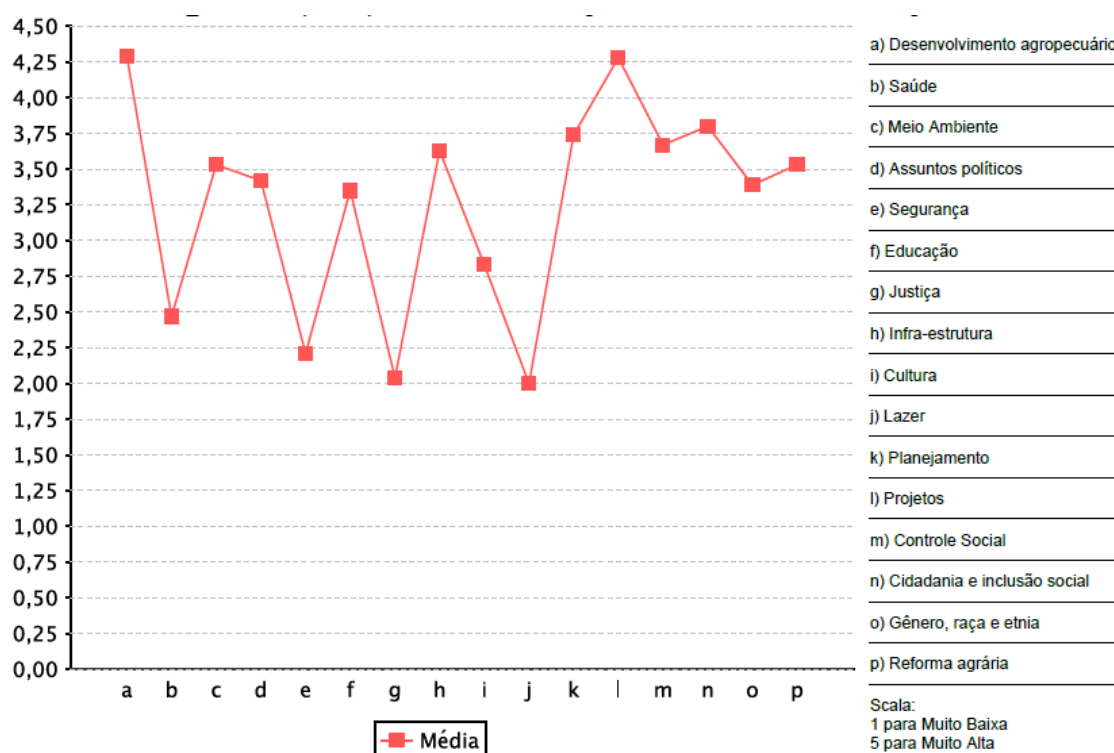
municipal detém baixa participação, fato este que gera um imenso prejuízo ao Território, pois é este ente público constitui-se na instituição pública de poder que está mais próximo das demandas sociais dos diversos atores pertencentes ao Território, ao tempo que serve como um articulador do Território para com as outras instituições governamentais (Estadual e Federal).

Em relação à Universidade Federal de Alagoas, esta instituição aos poucos está construindo uma ponte com as demandas sociais dos diversos atores do Território, principalmente, após o processo de interiorização da Universidade, com a instalação de um Campus (do Sertão) na cidade de Delmiro Gouveia/AL.

Desta forma, é notório que a sociedade civil, neste espaço democrático e deliberativo que constrói estratégias de gestão para o desenvolvimento territorial que é o Colegiado do Território, detém um poder de decisão maior que o do governo, não só municipal, uma vez que observando a capacidade de decisão dos demais representantes nota-se que os membros representantes do governo (federal e estadual) possuem capacidade de decisão inferior aos demais membros, exceto quando comparado com os representantes de Universidade.

Em relação às temáticas debatidas no Colegiado observa-se que o principal tema tratado relaciona-se a identidade que gera coesão ao território, qual seja o desenvolvimento agropecuário, sendo o tema projeto o segundo principal. O tema lazer é o menos discutido no Colegiado, sendo seguido por: justiça, segurança e saúde (**Gráfico 5**). Entretanto, estes deveriam ser temas principais a serem discutidos, até porque são questões problemáticas e que dificultam a obtenção de bem-estar social à população que compõem o Território do Alto Sertão.

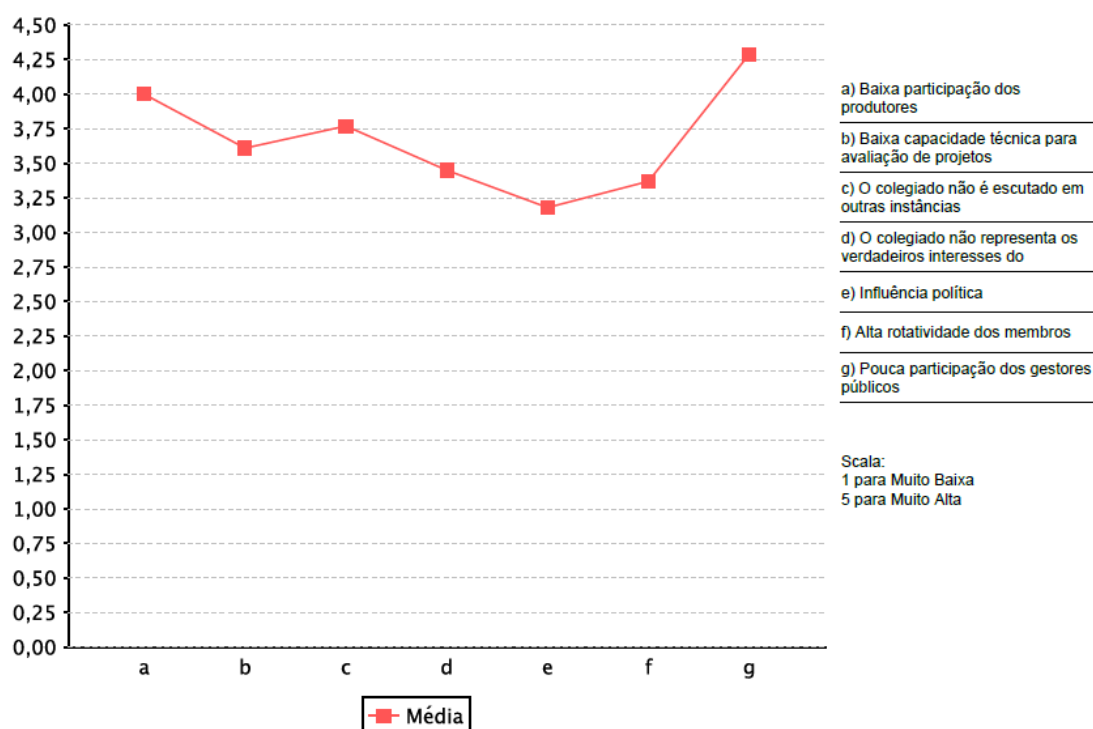
**Gráfico 5** – Frequência em relação aos temas que são tratados no Colegiado





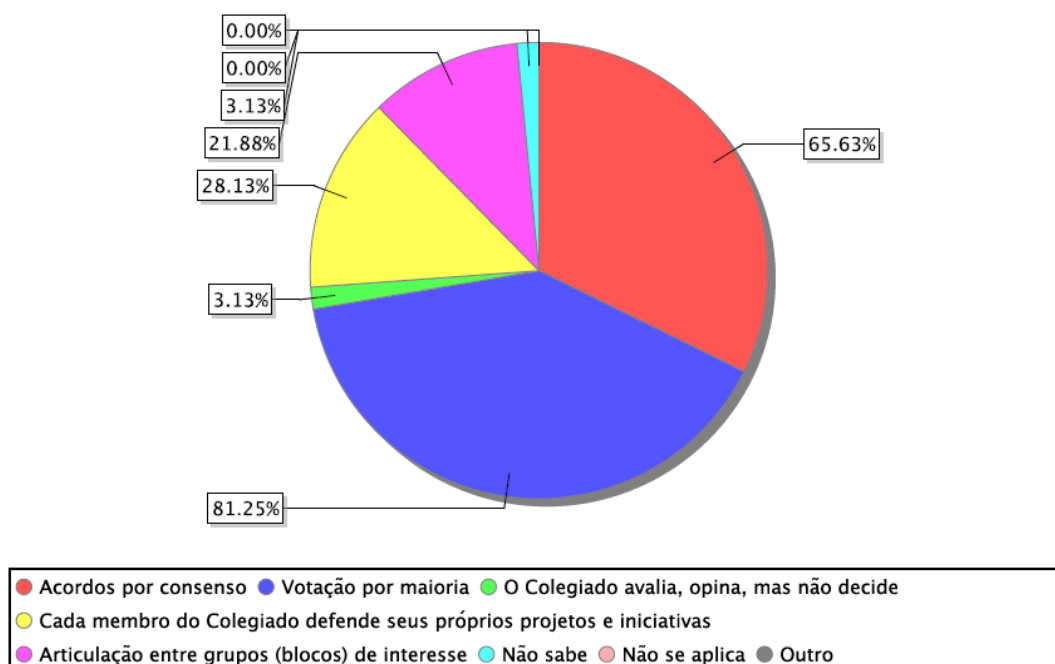
No que concerne à frequência dos problemas que prejudicam o desempenho do Colegiado, observou-se que o principal problema é a pouca participação dos gestores públicos, seguido pela baixa participação dos produtores. Desta forma, nota-se, novamente, que os gestores públicos estão participando de maneira incipiente das decisões dos Colegiados, fato este que gera uma barreira ao desenvolvimento do território, uma vez que gera falhas na articulação entre a sociedade civil com as instituições governamentais que por sua vez inviabiliza a construção de um processo de desenvolvimento participativo que contemple os diversos atores sociais do território (**Gráfico 6**).

**Gráfico 6** – Frequência dos problemas que prejudicam o desempenho do Colegiado



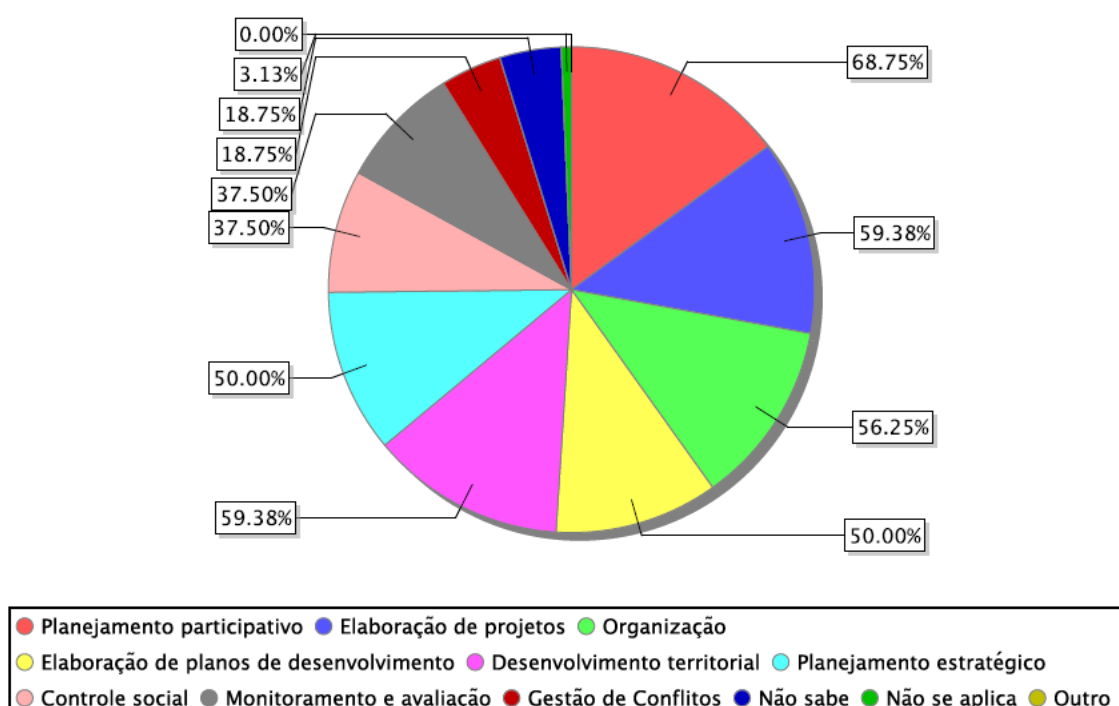
Quanto aos mecanismos utilizados para a tomada de decisões no Colegiado 81,25% dos entrevistados afirmaram que as decisões são tomadas tendo como base a votação por maioria. Todavia, 65,63% informaram, também, que um mecanismo usualmente utilizado para a tomada de decisão são os acordos por consenso. Entretanto, quase um terço dos membros do Colegiado (28,13%) informou que o mecanismo usualmente utilizado para a tomada de decisão parte da defesa de cada membro de seus próprios projetos e iniciativas (**Gráfico 7**).

**Gráfico 7 – Mecanismos utilizados para a tomada de decisões no Colegiado**



Para finalizar, o **Gráfico 8** vem apresentar quais são as áreas nas quais os membros do colegiado receberam capacitação. Percebe-se que planejamento participativo (68,75%), elaboração de projetos (59,38%), desenvolvimento territorial (59,38%) e organização (56,25%) foram às áreas onde houve o maior número de capacitações. Na outra ponta, gestão de conflitos (18,75%) foi à área que contou com o menor número de capacitações, isso pode explicar porque nos indicadores de Capacidades Institucionais o indicador “Mecanismos de Solução de Conflitos” apresenta-se como médio baixo (0,208).

**Gráfico 8 – Áreas nas quais os membros do colegiado receberam capacitação**



## 5. Avaliação de Projetos

Observar como está se dando a gestão dos projetos (do planejamento ao impacto gerado) torna-se importante quando analisamos uma região carente em intervenção e na prestação de serviços públicos. Os projetos, neste contexto, acabam realizando e prestando o serviço social e econômico para o território que deveria ser de responsabilidade dos entes públicos.

Assim, quando observamos o **Quadro 3** e **Gráfico 9** abaixo nota-se que os indicadores de avaliação de projetos de investimentos ou são ruins ou regulares. Todavia, o pior índice refere-se aos indícios de impacto, ou seja, os projetos não estão contribuindo para o desenvolvimento (aqui entendido como a melhoria na qualidade de vida da população) do território.

**Quadro 3** – Indicadores de Avaliação de Projetos de Investimento

Quadro de Indicadores	
1. Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto	0,491
2. Avaliação da Fase de Execução do Projeto	0,540
3. Indícios de Impacto	0,373
4. Indicadores Gerais de Gestão do Projeto	0,510

Legenda:

0,00 – 0,20 = Crítico

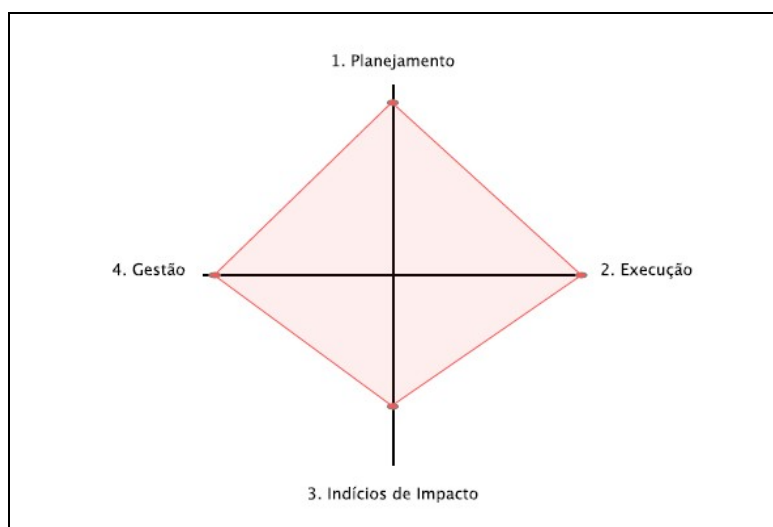
0,40 – 0,60 = Regular

0,80 – 1,00 = Ótimo

0,20 – 0,40 = Ruim

0,60 – 0,80 = Bom

**Gráfico 9** – Indicadores de Avaliação de Projetos de Investimento



Para que possamos ter uma real noção de qual são os empecilhos aos projetos de investimentos no território, faz-se necessário que avaliemos separadamente os 4 indicadores que compõe a avaliação destes projetos, neste sentido, ao avaliar a fase de planejamento do projeto

percebe-se que as atividades sócio-econômicas atendidas pelo projeto e a organizações locais apoiadas pelo projeto apresentam-se como regulares. Mesmo havendo uma boa capacidade de planejamento do projeto quando este não consegue abarcar satisfatoriamente os dois pontos expostos acima os projetos não cumprem seu papel social no território (**Quadro 4 e Gráfico 10**).

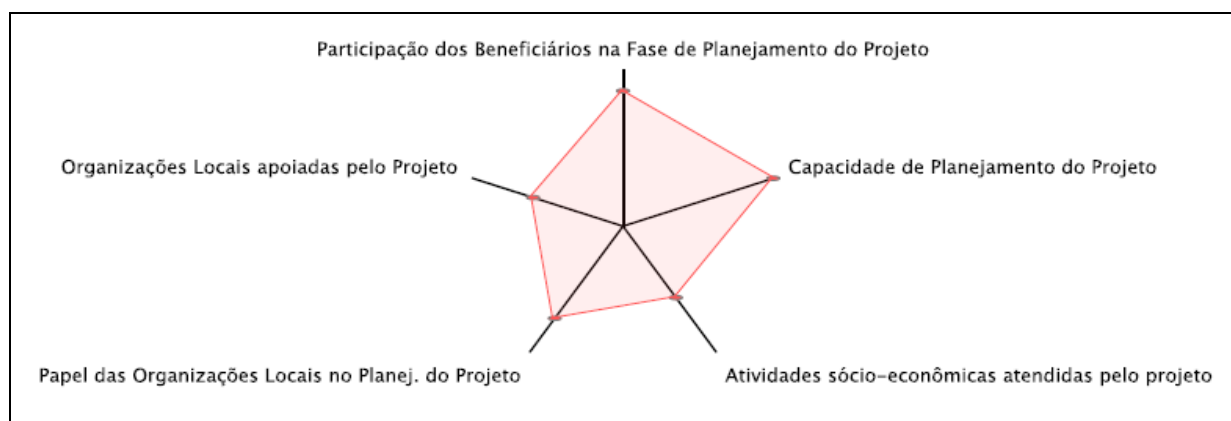
**Quadro 4 – Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto**

Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto	0,491
Participação dos Beneficiários na Fase de Planejamento do Projeto	0,567
Capacidade de Planejamento do Projeto	0,650
Atividades sócio-econômicas atendidas pelo projeto	0,370
Papel das Organizações Locais no Planejamento do Projeto	0,477
Organizações Locais apoiadas pelo Projeto	0,389

**Legenda:**

0,00 – 0,20 = Crítico                      0,40 – 0,60 = Regular                      0,80 – 1,00 = Ótimo  
 0,20 – 0,40 = Ruim                      0,60 – 0,80 = Bom

**Gráfico 10 – Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto**



No que concerne a fase de execução do projeto este apresenta um problema grave, uma vez que o nível de funcionamento do projeto encontra-se quase num nível de crítico (foi observado que atualmente este nível esta no patamar de regular). Desta forma, como o projeto irá cumprir seu papel social e não está funcionando de maneira correta? (**Quadro 5 e Gráfico 11**).

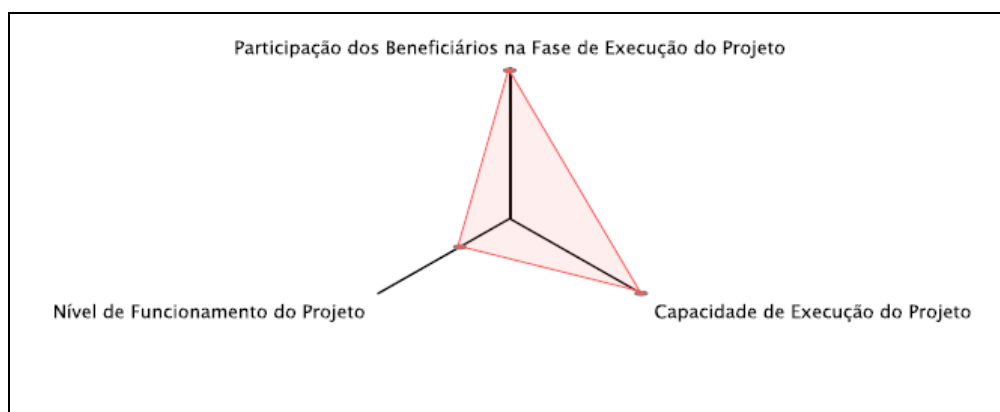
**Quadro 5 – Avaliação da Fase de Execução do Projeto**

Avaliação da Fase de Execução do Projeto	0,540
Participação dos Beneficiários na Fase de Execução do Projeto	0,677
Capacidade de Execução do Projeto	0,683
Nível de Funcionamento do Projeto	0,259

**Legenda:**

0,00 – 0,20 = Crítico                      0,40 – 0,60 = Regular                      0,80 – 1,00 = Ótimo  
 0,20 – 0,40 = Ruim                      0,60 – 0,80 = Bom

**Gráfico 11 – Avaliação da Fase de Execução do Projeto**



Assim, quando observamos os indícios de impacto percebemos o quão problemática está à situação. O melhor indicador refere-se aos impactos positivos nas condições sócio-político-econômicas que apresenta-se como regular. Os demais indicadores são considerados ruins. Este fato demonstra que há uma situação de vulnerabilidade no município, uma vez que, além de contar incipientemente com os serviços e os equipamentos públicos os projetos, que poderiam suprir tal necessidade, não estão cumprindo suas finalidades em termos de geração de melhoria na qualidade de vida da população (**Quadro 6 e Gráfico 12**).

**Quadro 6 – Indícios de Impacto**

Indícios de Impacto	0,373
Públicos Atendidos pelos Projetos	0,390
Impactos Positivos na Qualidade de Vida dos Beneficiários	0,327
Tamanho do Mercado Coberto pelo Projeto	0,271
Impactos Positivos nas Condições Sócio-Político-Econômicas	0,505

Legenda:

0,00 – 0,20 = Crítico

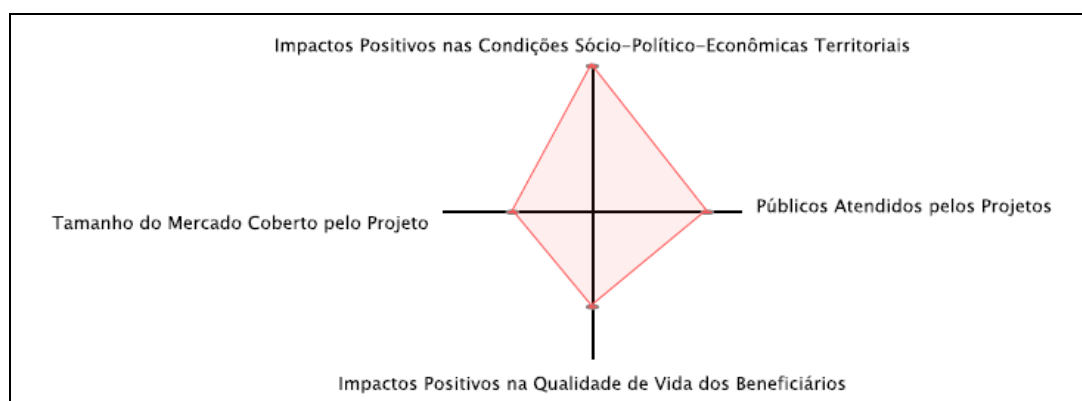
0,40 – 0,60 = Regular

0,80 – 1,00 = Ótimo

0,20 – 0,40 = Ruim

0,60 – 0,80 = Bom

**Gráfico 12 – Indícios de Impacto**



Para finalizar a análise acerca da avaliação de projetos de investimentos, traz-se a baila os indicadores gerais de gestão do projeto. Apesar de haver dois indicadores considerados bom, os outros dois indicadores apresentam-se como preocupantes. O índice de variação do perfil do público apoiado e atendido pelo projeto apresenta-se como ruim. Para um território que possui uma diversidade identitária este fato pode significar que algum grupo está à margem e/ou em determinados momentos poderá ficar a margem dos benefícios que poderão ser gerados pelo projeto de investimento (**Quadro 7 e Gráfico 13**).

**Quadro 7 – Indicadores Gerais de Gestão do Projeto**

Indicadores Gerais de Gestão do Projeto	0,510
Índice de Participação dos Beneficiários na Gestão do Projeto	0,622
Índice de Capacidade de Gestão do Projeto	0,666
Índice de Variação do Perfil do Público Apoiado e Atendido pelo	0,350
Impactos Positivos para o Desenvolvimento Territorial	0,401

**Legenda:**

0,00 – 0,20 = Crítico

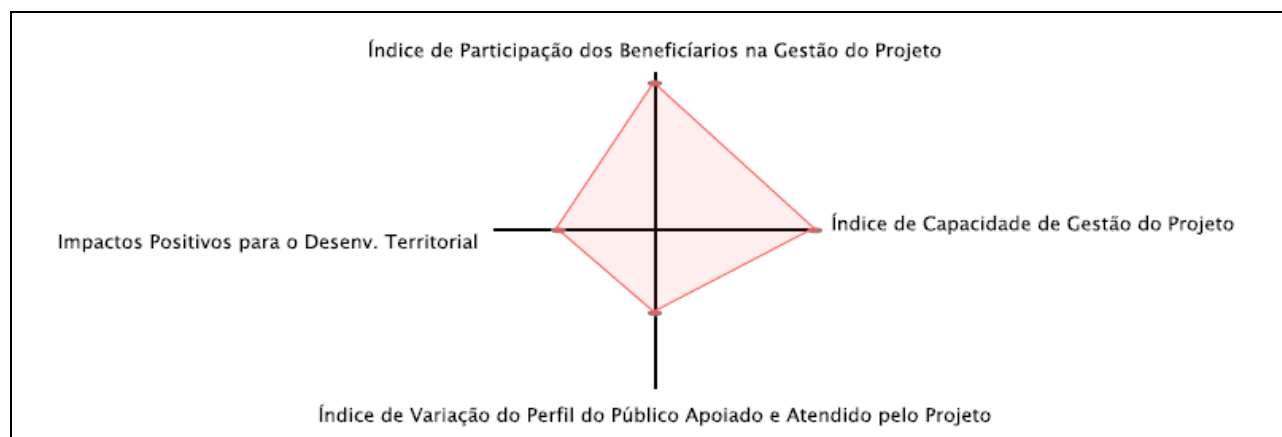
0,40 – 0,60 = Regular

0,80 – 1,00 = Ótimo

0,20 – 0,40 = Ruim

0,60 – 0,80 = Bom

**Gráfico 13 – Indicadores Gerais de Gestão do Projeto**



Ocorre ainda, que impactos positivos para o desenvolvimento territorial, apesar, de apresentar-se como regular estão num nível que caso não seja revisto e solucionados os problemas poderá apresentar-se futuramente como ruim, agravando ainda mais a situação socioeconômica e ambiental do território.

## 6. Índice de Condição de Vida (ICV)

Para o SDT/MDA

O Índice de Condições de Vida (ICV) é um indicador que visa representar as mudanças percebidas, em termos das condições de vida, das famílias nos territórios

rurais. Este índice é um instrumento de análise e acompanhamento das condições de vida das famílias nos territórios rurais, permitindo as análises comparativas, tanto ao longo do tempo como entre territórios distintos, sem depender da disponibilidade e atualização dos dados secundários.

Neste sentido, o ICV contribui para entender como está ocorrendo o processo de desenvolvimento no território, principalmente no rural, servindo de base de informação fundamental para a elaboração de programas de governo ou de políticas públicas para o território. Por outro lado, constitui-se em informações-chave para a construção de documentos e estratégias por parte dos diferentes atores sociais, com o intuito de reivindicar seus direitos e espaço nas políticas de desenvolvimento governamental. Além disso, constitui-se numa base de informação para os Colegiados dos Territórios visando construir estratégias locais para a melhoria das condições de vida dos diversos atores sociais locais.

Neste sentido, o ICV analisa as condições de vida da população rural do território sob três dimensões/instâncias: **(1)** fatores que favorecem o desenvolvimento; **(2)** características do desenvolvimento; e **(3)** efeitos do desenvolvimento.

A análise do ICV para o território está balizado sob 4 perspectivas: **(1)** ICV - Territorial; **(2)** ICV – Agricultura Familiar; **(3)** ICV – Agricultura Familiar – Com Produção; e **(4)** ICV – Agricultura Familiar –Sem Produção.

Abaixo observaremos os resultados obtidos.

### ***Índice de Condição de Vida - Territorial (ICV-T)***

Inicialmente percebe-se que o ICV-T (classificado como médio) demonstra que as políticas para o rural do Alto Sertão não estão, efetivamente, cumprindo o seu papel (**Quadro 3**). Isto constitui-se num fato preocupante, uma vez que a população deste território é eminentemente rural, sendo assim, os impactos (positivos e negativos) no rural incidem diretamente na busca por melhoria da qualidade de vida dos demais atores locais.

**Quadro 8** – Índice de Condição de Vida - Territorial (ICV-T)

Índice de Condições de Vida (ICV)	0,531	Médio
1. Fatores de Desenvolvimento	0,504	Médio
2. Características de Desenvolvimento	0,513	Médio
3. Efeitos de Desenvolvimento	0,581	Médio

**Legenda:**

**0,00 – 0,20 = Baixo**

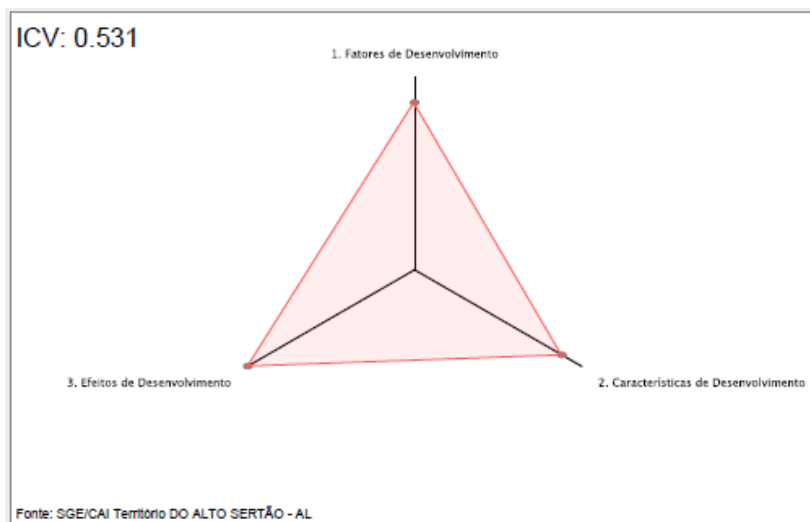
**0,60 – 0,80 = Médio Alto**

**0,20 – 0,40 = Médio Baixo**

**0,80 – 1,00 = Alto**

**0,40 – 0,60 = Médio**

**Gráfico 14** – Índice de Condição de Vida - Territorial (ICV-T)



No que concernem às dimensões/instâncias fatores do desenvolvimento pode-se destacar os seguintes problemas: o acesso à assistência técnica e acesso ao crédito. Estes dois fatores geram problemas para os produtores os descapitalizando ou os deixando a margem do sistema produtivo, que por sua vez gera pobreza e exclusão social no território. Tal fato agrava-se, pois as condições climáticas e das condições de fertilidades do solo e acesso a água para a produção demanda dos agricultores familiares mais capital financeiro para adquirirem ou alugarem equipamentos necessários a manutenção de seus sistemas produtivos.

**Quadro 9 – ICV - Territorial – Fatores do Desenvolvimento**

2- DIMENSÃO 1: fatores do desenvolvimento	0,504	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
1.1. Número de famílias trabalhando	0,578	195	0,000	1,000	0,304
1.2. Mão de obra familiar	0,603	195	0,000	1,000	0,312
2. Área utilizada para produção	0,623	195	0,000	1,000	0,312
3. Escolaridade	0,579	195	0,000	1,000	0,326
4. Condições de moradia	0,644	195	0,000	1,000	0,326
5. Acesso aos mercados	0,453	195	0,000	1,000	0,309
6. Programas do Governo	0,368	188	0,000	1,000	0,279
7.1. Acesso a crédito	0,392	195	0,000	1,000	0,277
7.2. Acesso a assistência técnica	0,285	195	0,000	1,000	0,258
8. Presença de instituições	0,440	195	0,000	1,000	0,307

**Gráfico 15 – ICV - Territorial – Fatores do Desenvolvimento**



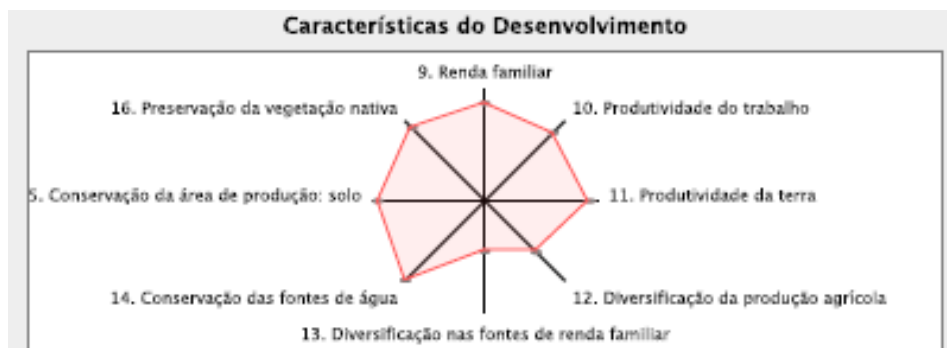


No que concernem às dimensões/instâncias características do desenvolvimento pode-se destacar os seguintes problemas: diversificação nas fontes da renda familiar e diversificação da produção agrícola. Para agricultores com pequenos estabelecimentos rurais, não diversificar a produção significa ter renda em um único período do ano, uma vez que a regularidade e frequência na comercialização não ocorrerão em todo transcorrer do ano, fato este que gerará uma descapitalização do produtor, caso este não detenha outra renda familiar. Isto por sua vez, criará uma demanda por transferência de renda por meio de políticas de assistência social como bolsa família. Ou uma dependência dos membros da família a aposentadoria do membro mais velho, caso haja esta situação no seio familiar.

**Quadro 10** – ICV - Territorial – Características do Desenvolvimento

3- DIMENSÃO 2: características do desenvolvimento	0,513	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
9. Renda familiar	0,538	195	0,000	1,000	0,301
10. Produtividade do trabalho	0,532	195	0,000	1,000	0,288
11. Produtividade da terra	0,578	195	0,000	1,000	0,308
12. Diversificação da produção agrícola	0,400	195	0,000	1,000	0,261
13. Diversificação nas fontes de renda familiar	0,278	195	0,000	1,000	0,213
14. Conservação das fontes de água	0,618	195	0,000	1,000	0,340
15. Conservação da área de produção: solo	0,590	195	0,000	1,000	0,305
16. Preservação da vegetação nativa	0,567	195	0,000	1,000	0,312

**Gráfico 16** – ICV - Territorial – Características do Desenvolvimento



Outro fato interessante é que as características “conservação das fontes de água”, “conservação da área de produção: solo” e “preservação da vegetação nativa” apresentaram um expressivo valor em seus indicadores. Neste sentido, torna-se ainda mais importante o acesso a assistência técnica e ao crédito, a existência de programas governamentais no território e a presença de instituições que prestem suporte aos agricultores familiares, uma vez que o Território, devido as suas particularidades endo-climática, demanda que os sistemas produtivos interajam com o ambiente natural proporcionando um equilíbrio ecológico, fato este que tendem a gerar melhorias nos sistemas produtivos e nas condições de vida dos agricultores familiares.

No que concernem às dimensões/instâncias efeitos do desenvolvimento pode-se destacar as seguintes dimensões: condições de alimentação e nutrição, permanência dos familiares no domicílio e situação econômica como dimensões. Estas dimensões são importantes para observarmos o comportamento do rural do Alto Sertão, inclusive ao observarmos a conciliação entre rendas não monetária e monetária, além disso, poderá convergir na melhoria das condições de vida da população rural.

**Quadro 11 – ICV - Territorial – Efeitos do Desenvolvimento**

4- DIMENSÃO 3: efeitos do desenvolvimento	0,581	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
17. Condições de alimentação e nutrição	0,641	250	0,000	1,000	0,198
18. Condições de saúde	0,613	250	0,000	1,000	0,216
19. Permanência dos familiares no domicílio	0,762	250	0,000	1,000	0,263
20. Situação econômica	0,630	250	0,000	1,000	0,182
21. Situação ambiental	0,587	250	0,250	1,000	0,168
22. Participação em organizações comunitárias	0,509	250	0,000	1,000	0,281
23. Participação política	0,558	250	0,000	1,000	0,285
24. Participação em atividades culturais	0,350	250	0,000	1,000	0,310

**Gráfico 17 – ICV - Territorial – Efeitos do Desenvolvimento**



Apesar de deter uma renda familiar mediana (observar Quadro 16 acima) observa-se que há uma situação para a permanência dos familiares no domicílio. Parte disto pode ser um fator oriundo da renda não monetária gerada pelos estabelecimentos rurais, tais como: a alimentação produzida no estabelecimento, à situação ambiental e as condições de saúde, que mesmo se apresentando numa situação mediana pode apresentar-se de maneira satisfatória para os agricultores familiares e para sua família.

### ***Índice de Condição de Vida- Agricultura Familiar***

O ICV- Agricultura Familiar (classificado como médio) apresenta a mesma análise do ICV - Territorial. Esse fato corrobora com o argumento da necessidade de políticas públicas mais condizentes com a realidade local.

**Quadro 12 – Índice de Condição de Vida – Agricultura Familiar**

Índice de Condições de Vida (ICV)	0,531	Médio
1. Fatores de Desenvolvimento	0,506	Médio
2. Características de Desenvolvimento	0,512	Médio
3. Efeitos de Desenvolvimento	0,582	Médio

**Legenda:**

0,00 – 0,20 = Baixo

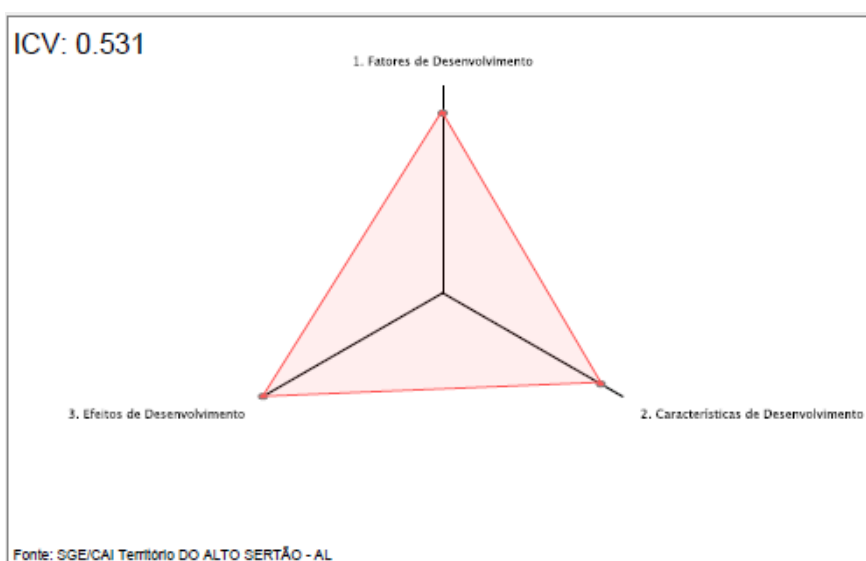
0,60 – 0,80 = Médio Alto

0,20 – 0,40 = Médio Baixo

0,80 – 1,00 = Alto

0,40 – 0,60 = Médio

**Gráfico 18 – Índice de Condição de Vida – Agricultura Familiar**

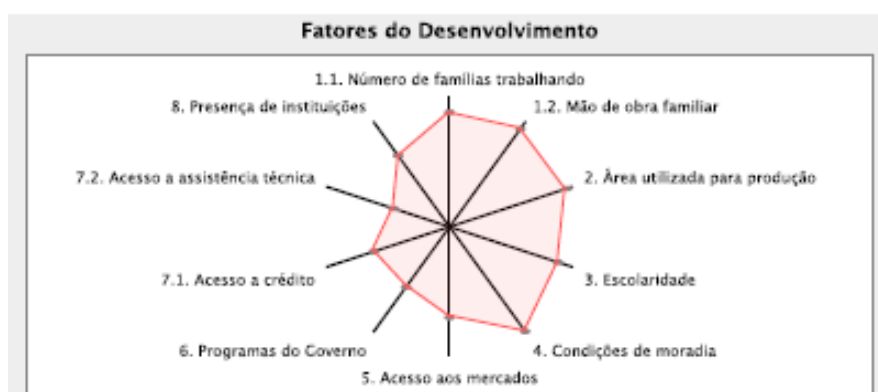


No que concernem às dimensões/instâncias fatores do desenvolvimento o acesso a assistência técnica ainda constitui-se num problema, todavia, o fator programas do governo apresenta-se como um problema a ser destacado. Assim, como pensar em desenvolvimento para o rural, logo para o território, sem o acesso a assistência técnica e a participação do governo por meio de seus programas de fomento?

**Quadro 13 – ICV – Agricultura Familiar – Fatores do Desenvolvimento**

2- DIMENSÃO 1: fatores do desenvolvimento	0,506	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
1.1. Número de famílias trabalhando	0,575	171	0,000	1,000	0,320
1.2. Mão de obra familiar	0,607	171	0,000	1,000	0,332
2. Área utilizada para produção	0,621	171	0,000	1,000	0,335
3. Escolaridade	0,573	171	0,000	1,000	0,335
4. Condições de moradia	0,648	171	0,000	1,000	0,347
5. Acesso aos mercados	0,455	171	0,000	1,000	0,313
6. Programas do Governo	0,373	165	0,000	1,000	0,280
7.1. Acesso a crédito	0,401	171	0,000	1,000	0,278
7.2. Acesso a assistência técnica	0,297	171	0,000	1,000	0,258
8. Presença de instituições	0,442	171	0,000	1,000	0,310

**Gráfico 19 – ICV – Agricultura Familiar – Fatores do Desenvolvimento**

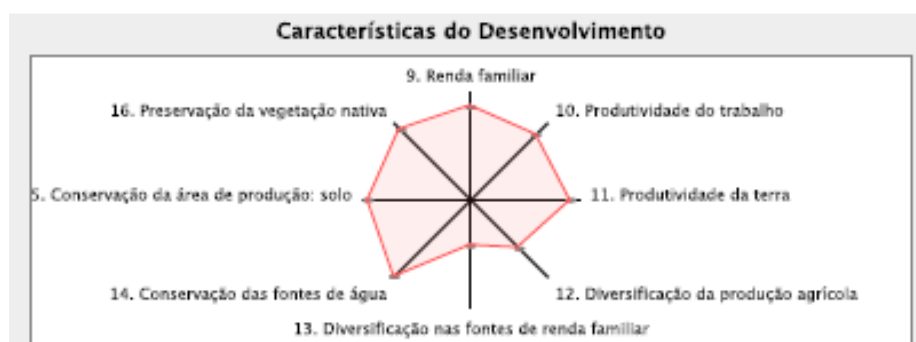


No que concernem as dimensões/instâncias características do desenvolvimento novamente destaca-se as dimensões: diversificação nas fontes da renda familiar e diversificação da produção agrícola. Diferente da análise anterior (ICV-Territorial) a dimensão que se destaca é a conservação das fontes de água, dimensão esta importante para o desenvolvimento rural do território em uma região carente no acesso a recursos hídricos. Todavia, como observado anteriormente é necessário que haja um aparato governamental, financeiro e técnico que articule a produção agropecuária com a preservação/conservação ambiental.

**Quadro 14 – ICV – Agricultura Familiar – Características do Desenvolvimento**

3- DIMENSÃO 2: características do desenvolvimento	0,512	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
9. Renda familiar	0,535	171	0,000	1,000	0,314
10. Produtividade do trabalho	0,532	171	0,000	1,000	0,305
11. Produtividade da terra	0,577	171	0,000	1,000	0,326
12. Diversificação da produção agrícola	0,398	171	0,000	1,000	0,263
13. Diversificação nas fontes de renda familiar	0,285	171	0,000	1,000	0,202
14. Conservação das fontes de água	0,624	171	0,000	1,000	0,355
15. Conservação da área de produção: solo	0,595	171	0,000	1,000	0,326
16. Preservação da vegetação nativa	0,570	171	0,000	1,000	0,330

**Gráfico 20 – ICV – Agricultura Familiar – Características do Desenvolvimento**



As dimensões/instâncias efeitos do desenvolvimento também apresentam a mesma análise do ICV – Territorial, todavia, duas dimensões demandam preocupação: a participação em organizações comunitárias e a participação em atividades culturais. A não articulação coletiva dos

agricultores gera fragilidades, uma vez que diminui o poder de barganha comercial, deixando os agricultores a mercê dos atravessadores, assim como, dificulta a construção de uma agenda de reivindicações dos grupos sociais. Além disso, a participação em atividades culturais pode diminuir a percepção de pertença e envolvimento dos atores com seu território.

**Quadro 15** – ICV – Agricultura Familiar – Efeitos do Desenvolvimento

4- DIMENSÃO 3: efeitos do desenvolvimento	0,582	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
17. Condições de alimentação e nutrição	0,649	171	0,000	1,000	0,341
18. Condições de saúde	0,623	171	0,000	1,000	0,341
19. Permanência dos familiares no domicílio	0,760	171	0,000	1,000	0,420
20. Situação econômica	0,637	171	0,000	1,000	0,331
21. Situação ambiental	0,589	171	0,000	1,000	0,308
22. Participação em organizações comunitárias	0,493	171	0,000	1,000	0,329
23. Participação política	0,569	171	0,000	1,000	0,354
24. Participação em atividades culturais	0,339	171	0,000	1,000	0,299

**Gráfico 21** – ICV – Agricultura Familiar – Efeitos do Desenvolvimento



### ***Índice de Condição de Vida- Agricultura Familiar – Com Produção***

Novamente o ICV, também para o ICV- Agricultura Familiar – Com Produção, classifica-se como médio, apresentando a mesma análise do ICV - Territorial. Esse fato corrobora com o argumento da necessidade de políticas públicas mais condizentes com a realidade local.

**Quadro 16** – Índice de Condição de Vida – Agricultura Familiar – Com Produção

Índice de Condições de Vida (ICV)	0,530	Médio
1. Fatores de Desenvolvimento	0,504	Médio
2. Características de Desenvolvimento	0,513	Médio
3. Efeitos de Desenvolvimento	0,580	Médio

**Legenda:**

**0,00 – 0,20 = Baixo**

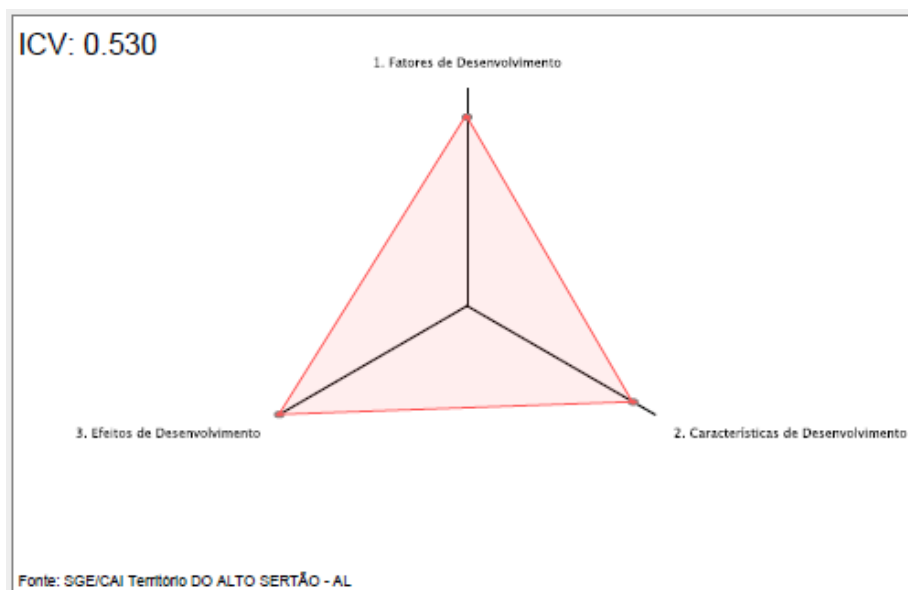
**0,60 – 0,80 = Médio Alto**

**0,20 – 0,40 = Médio Baixo**

**0,80 – 1,00 = Alto**

**0,40 – 0,60 = Médio**

**Gráfico 22** – Índice de Condição de Vida – Agricultura Familiar – Com Produção

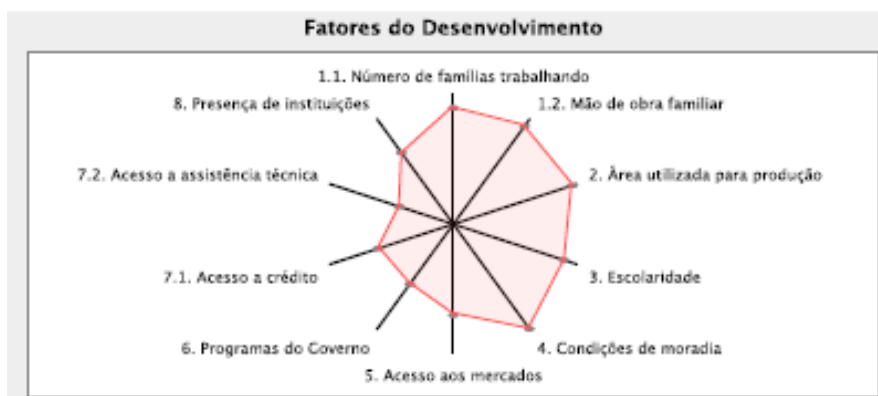


No que concernem às dimensões/instâncias fatores do desenvolvimento, além do acesso a assistência técnica, ao acesso a crédito, aos programas do governo, emergem como problema a ser destacado o acesso aos mercados e a presença de instituições. Assim, quando observa-se o ICV inerente a agricultores familiares com produção nota-se que a situação destes encontram-se numa situação de grave vulnerabilidade, uma vez que fatores de suma importância para o desenvolvimento produtivo não estão disponíveis, fato este que contribui para a situação de exclusão e geração de pobreza neste território.

**Quadro 17** – ICV – Agricultura Familiar – Com Produção – Fatores do Desenvolvimento

2- DIMENSÃO 1: fatores do desenvolvimento	0,504	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
1.1. Número de famílias trabalhando	0,578	195	0,000	1,000	0,304
1.2. Mão de obra familiar	0,603	195	0,000	1,000	0,312
2. Área utilizada para produção	0,623	195	0,000	1,000	0,312
3. Escolaridade	0,579	195	0,000	1,000	0,326
4. Condições de moradia	0,644	195	0,000	1,000	0,326
5. Acesso aos mercados	0,453	195	0,000	1,000	0,309
6. Programas do Governo	0,368	188	0,000	1,000	0,279
7.1. Acesso a crédito	0,392	195	0,000	1,000	0,277
7.2. Acesso a assistência técnica	0,285	195	0,000	1,000	0,258
8. Presença de instituições	0,440	195	0,000	1,000	0,307

**Gráfico 23** – ICV – Agricultura Familiar – Com Produção – Fatores do Desenvolvimento

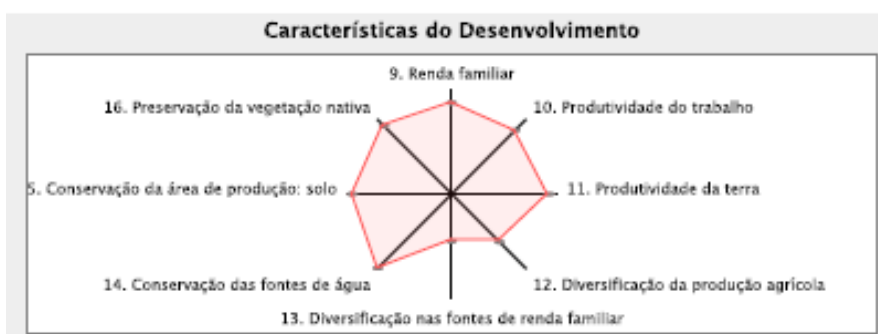


No que concernem às dimensões/instâncias características do desenvolvimento novamente destaca-se as dimensões: diversificação nas fontes da renda familiar e diversificação da produção agrícola. Ocorre ainda, que a dimensão que se destaca é a conservação das fontes de água, como ocorreu com o ICV – Agricultura Familiar.

**Quadro 18** – ICV – Agricultura Familiar – Com Produção – Características do Desenvolvimento

3- DIMENSÃO 2: características do desenvolvimento	0,513	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
9. Renda familiar	0,538	195	0,000	1,000	0,301
10. Produtividade do trabalho	0,532	195	0,000	1,000	0,288
11. Produtividade da terra	0,578	195	0,000	1,000	0,308
12. Diversificação da produção agrícola	0,400	195	0,000	1,000	0,281
13. Diversificação nas fontes de renda familiar	0,278	195	0,000	1,000	0,213
14. Conservação das fontes de água	0,618	195	0,000	1,000	0,340
15. Conservação da área de produção: solo	0,580	195	0,000	1,000	0,305
16. Preservação da vegetação nativa	0,567	195	0,000	1,000	0,312

**Gráfico 24** – ICV – Agricultura Familiar – Com Produção – Características do Desenvolvimento



Novamente as dimensões/instâncias efeitos do desenvolvimento também apresentam a mesma análise do ICV – Agricultura Familiar, ou seja, os problemas residem nas dimensões: a participação em organizações comunitárias e a participação em atividades culturais.

**Quadro 19** – ICV – Agricultura Familiar – Com Produção – Efeitos do Desenvolvimento

4- DIMENSÃO 3: efeitos do desenvolvimento	0,580	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
17. Condições de alimentação e nutrição	0,645	195	0,000	1,000	0,318
18. Condições de saúde	0,627	195	0,000	1,000	0,321
19. Permanência dos familiares no domicílio	0,753	195	0,000	1,000	0,394
20. Situação econômica	0,638	195	0,000	1,000	0,309
21. Situação ambiental	0,595	195	0,000	1,000	0,287
22. Participação em organizações comunitárias	0,490	195	0,000	1,000	0,326
23. Participação política	0,559	195	0,000	1,000	0,343
24. Participação em atividades culturais	0,332	195	0,000	1,000	0,303

**Gráfico 25** – ICV – Agricultura Familiar – Com Produção – Efeitos do Desenvolvimento



### ***Índice de Condição de Vida- Agricultura Familiar – Sem Produção***

No ICV- Agricultura Familiar – Sem Produção, também classifica-se como médio trazendo a baila toda a argumentação anteriormente realizada. Todavia, para estes questionários as dimensões/instâncias Fatores do Desenvolvimento e Características de Desenvolvimento não foram avaliadas, uma vez que as questões trazidas nestas duas instâncias circunscrevem questões ligadas a produção agrícola.

**Quadro 20** – ICV – Agricultura Familiar – Sem Produção

Índice de Condições de Vida (ICV)	0,586	Médio
1. Fatores de Desenvolvimento	null	null
2. Características de Desenvolvimento	null	null
3. Efeitos de Desenvolvimento	0,586	Médio

**Legenda:**

**0,00 – 0,20 = Baixo**

**0,60 – 0,80 = Médio Alto**

**0,20 – 0,40 = Médio Baixo**

**0,80 – 1,00 = Alto**

**0,40 – 0,60 = Médio**

As dimensões/instâncias efeitos do desenvolvimento também apresentam a mesma análise anterior, entretanto, os valores dos índices desta dimensão apresentam um resultado melhor, sendo que a dimensão participação em atividades culturais continua apresentando o menor valor.



**Quadro 21** – ICV – Agricultura Familiar – Sem Produção – Efeitos do Desenvolvimento

4- DIMENSÃO 3: efeitos do desenvolvimento	0,586	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
17. Condições de alimentação e nutrição	0,627	55	0,000	1,000	0,278
18. Condições de saúde	0,584	55	0,000	1,000	0,258
19. Permanência dos familiares no domicílio	0,762	55	0,000	1,000	0,347
20. Situação econômica	0,600	55	0,000	0,750	0,264
21. Situação ambiental	0,559	55	0,000	0,750	0,246
22. Participação em organizações comunitárias	0,577	55	0,000	1,000	0,265
23. Participação política	0,555	55	0,000	1,000	0,265
24. Participação em atividades culturais	0,414	55	0,000	1,000	0,227

**Gráfico 26** – ICV – Agricultura Familiar – Sem Produção – Efeitos do Desenvolvimento



## Conclusões

Após as observações realizadas percebe-se que os ICV's ratificam algumas questões importantes e amplamente debatidas no Estado de Alagoas, como a falta de assistência técnica para a agricultura familiar ou problemas para o acesso ao crédito, uma vez que muitos agricultores familiares estão inadimplentes com as instituições financeiras.

Além disso, a incipiente participação do Estado nos Territórios Rurais por meio de Programas Governamentais que não só implante projetos, mas os acompanhe, gerando desta forma uma barreira ao agricultor em termos de acesso ao mercado. Além disso, a incipiente participação, efetiva, em organizações comunitárias como, associações, cooperativas, ou sindicatos, enfraquece o agricultor deixando a mercê dos atravessadores.

Esses fatores acabam incidindo diretamente sobre a situação econômica, social e ambiental dos agricultores familiares, assim como, nos territórios rurais.

Assim, o principal ponto a ser melhorado nos territórios deverá ser a participação em organizações comunitárias, pois a partir de ações coletivas os territórios ganharão força para reivindicarem acesso a crédito e assistência técnica, a diversificação da produção e da renda, cobrança ao governo de programas governamentais, dentre outros.

## 7. Análise integradora de indicadores e contexto

Por todo o exposto nota-se que o Território do Alto Sertão Alagoano detém uma multiplicidade de identidades, ambientes naturais e lógicas de reprodução socioeconômica, formando uma concha de retalhos com realidades socioeconômicas e ecológicas diversas. Este cenário propicia que o território construa seu processo de desenvolvimento estruturado a partir da multiplicidade de experiências, ações e modos de vida, todavia, esta multiplicidade, pode gerar um espaço propício à ocorrência de conflitos entre os diversos atores.

Neste sentido, este território demanda dos diversos atores sociais uma multiplicidade de estratégias produtivas e de ações por parte de seus atores sociais, tornando inviável a construção e execução de projetos de desenvolvimento rural que sejam balizadas pela prática do monocultivo ou de uma especialização produtiva. Tal prática produtiva poderá, até, ser viável para alguns casos específicos, mas ao observar os dados trazidos anteriormente, principalmente no que se refere ao ICV, percebe-se que o contexto socioambiental deste Território demanda outra lógica para a construção de um processo de desenvolvimento que seja de fato sustentado ao longo prazo.

Entretanto, as instituições governamentais ou de economia mista atuantes no Estado de Alagoas, e principalmente no Território do Alto Sertão, ainda não se ativeram para esta complexidade. Isto é notório quando se observa que instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresas em Alagoas (SEBRAE/AL) e/ou a Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas (SEPLANDE/AL) elaboram para o Sertão Alagoano apenas estratégias de desenvolvimento rural que contemplem apenas as práticas de criação de animais (ovinocaprinocultura) e produção de mel, ou em alguns casos, quando a propriedade está próxima ao rio São Francisco, incentiva-se a pesca artesanal. Enquanto isso, outros territórios recebem o incentivo para produzir frutas, hortaliças, mandioca, dentre outros produtos agroalimentares.

Esta visão errônea das instituições governamentais, que perpassa para as concepções dos diversos atores sociais componentes do território, sobre as potencialidades existentes no Território do Alto Sertão Alagoano limita o processo de desenvolvimento do território, uma vez que o território constrói suas características a partir dos modos de vida de seus atores sociais, que por sua vez possui, no caso do Alto Sertão, uma forte ligação com as tradições advindas do rural, como já foi visto anteriormente.

Apesar de se notar a presença de elementos como, controle social, reciprocidade, solidariedade, iniciativas inerentes à economia solidária, o Território precisa aprimorar estes mecanismos que são de extrema importância para a construção de estratégias de reprodução

socioeconômica que busque gerar bem-estar social e melhoria das condições de vida da população rural, e para a obtenção de desenvolvimento para o território.

Além disso, torna-se importante lembrar que este território por deter características eminentemente rural, os benefícios gerados ao rural geraram consequências positivas sobre o espaço urbano, uma vez que rural e urbano constitui-se em espaços contínuos de articulação e relação socioeconômica que se estrutura, fortalecem e se consolidam a partir de uma dinâmica dialógica.

Portanto, as análises aqui apresentadas refletem o cenário exposto acima, tendo o Colegiado do Territorial Alto Sertão Alagoano um papel fundamental para dirimir os problemas e conflitos existentes no território. Assim, desenvolver as capacidades institucionais constitui-se num principal fator a ser resolvido, pois a partir dele constrói-se os elementos necessários a resolução dos demais, uma vez que, por ter uma coesão identitária (e porque não econômica e cultural) o território comunga dos mesmos problemas: pobreza, concentração de renda, baixos níveis de condição de vida e bem-estar social, desarticulação institucional, dentre outros fatores.

## **8. Propostas e Ações para o Território**

Após todo o exposto torna-se interessante apresentar propostas e ações para o território visando interagir com o cenário apresentado pelos questionários e observações realizadas no território e sobre as condições econômicas, sociais e ambientais dos atores sociais nele existente. A seguir seguem as propostas e ações:

- Recomenda-se a realização de novas pesquisas de caráter complementar e/ou contextualizada, de maneira articulada com o Colegiado do Território, a partir de suas demandas, tendo em vista suprir lacunas inerentes a pesquisa e/ou aprofundar conhecimento sobre o território.
- Realizar um levantamento de propostas de ações para qualificação da política territorial da SDT, bem como para o planejamento, gestão e controle social dos territórios.
- Construir propostas para a capacitação continuada dos diversos atores sociais participantes do Colegiado do Território, detendo como promotor deste processo a Universidade e/ou as Instituições Governamentais, a partir das demandas do Colegiado.
- Aproximar e articular o Colegiado do Território com as instituições de ensino, pesquisa e extensão existentes e/ou atuantes no Território de maneira a construir um

espaço contínuo de debate e interação com a realidade local buscando constituir propostas aos conflitos e demandas existentes no Território.

## **ANEXO: Validação de instrumentos e procedimentos**

### **Sobre a Aplicação/Digitação dos Questionários**

#### **Q1 – Capacidades Institucionais**

A aplicação do Q1 foi confusa, pois inicialmente se entendeu que seriam aplicados 3 questionários: ao prefeito, a um representante de Conselho Municipal e outro da sociedade civil. Nos casos dos representantes de Conselho e da sociedade civil, teria que se identificar quem conhecesse melhor o município, sendo este a primeira dificuldade encontrada. Desta forma, perceberam-se grandes distorções nas respostas. Para os primeiros os prefeitos e os representantes de Conselhos o município tem Conselhos funcionando, tem uma boa infraestrutura. Para os representantes da sociedade civil, quase não existe Conselhos e os que existem não funcionam, as estruturas são precárias, etc. Como neste caso, entrevistou-se alguns secretários de agricultura, todos na condição de Presidentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, constatou-se que a maioria destes, conhece melhor a realidade do município do que o próprio prefeito.

Depois do II Encontro das Células em Brasília, ficou claro que seria apenas um questionário por município e então desconsideramos os excedentes, fazendo uma leitura minuciosa dos questionários aplicados e conversando com o Colegiado para identificarmos o que estava mais próximo da realidade do município.

**Para a aplicação/digitação** dos questionários, a dificuldade maior foi com a falta da opção “não sabe” para as respostas, referentes a todas as perguntas do questionário. Na digitação, a opção foi colocar como “não”, onde o entrevistado tinha declarado “não tenho conhecimento”. Além desta observação abaixo segue outras questões específicas:

- Na P8, há a ausência da opção “Conselho da Educação”.
- Na P11, esta deveria ser desdobrada em duas: **(1)** O município faz investimentos para estimular o desenvolvimento? e **(2)** Estes investimentos são orientados por cadeias produtivas? Lembrando a necessidade da opção do “Não se aplica” para a última questão.
- Na P15, incluir as opções “boca a boca” e “não há divulgação”.

- Na P16, também deveria ser subdividida: **(1)** Existe parceria entre organizações de produtores e Prefeitura Municipal? e **(2)** Se sim, quais as finalidades desta parceria. Lembrando a necessidade da opção do “Não se aplica” para a última questão.

Na aplicação deste questionário constatou-se a precariedade da maioria dos municípios: organização, estrutura física deficiente, escolarização. Para se chegar a um dos municípios só existe uma estrada vicinal, que deveria ser uma continuação da BR 316, portanto, todos os acessos ao município ainda é em estrada de terra e em péssimas condições.

Não se encontrou o prefeito que estava em Maceió, procurou-se um assessor que recebesse a equipe e foi indicado o secretário de agricultura. A secretaria funciona numa casa com aspecto de depósito. Na primeira sala um monte de saco de sementes, ferramentas, etc., na sala seguinte a mesa do secretário. O secretário já participou de algumas reuniões do Colegiado, mas há tempos está ausente.

Em outro município, a equipe também foi recebida pelo Secretário de Agricultura, que sequer conhecia o Colegiado e nunca ouviu falar no Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais do MDA.

## **Q2 – Identidade Territorial**

O questionário Q2 (Identidade Territorial) é confuso e repetitivo, tornando-o cansativo tanto para o entrevistado quanto para o pesquisador. Para tentar amenizar a situação a equipe da Célula fez uma espécie de “colinha” com as opções repetidas para o entrevistado acompanhar lendo e o pesquisador lia a pergunta e pedia para ele ler na “colinha” e escolher a opção. Ajudou, mas não deixou de cansativo.

Além do mais, algumas perguntas são de difícil compreensão para o público entrevistado, como por exemplo, perguntar a um representante de comunidades tradicionais quais as características marcantes ou a história comum do território; perguntar a um representante de uma associação de pescadores qual a definição de limites do território.

Em alguns casos, percebia-se a confusão que as perguntas estavam provocando na cabeça do entrevistado e por mais que se tentasse trazer a pergunta para o universo dele não adiantava porque em alguns casos, foge completamente ao seu entendimento.

## **Q3 – Acompanhamento da Gestão do Colegiado**

No questionário Q3 (Acompanhamento da Gestão do Colegiado) percebeu-se que em algumas perguntas faltava uma opção que se aproximasse mais da realidade do Colegiado. Por exemplo, sobre o assessor técnico se pergunta se existe um assessor técnico que apóie PERMANENTEMENTE a gestão do Colegiado e as opções eram “Sim, Não, Não sabe, Não se

aplica”, no entendimento de vários entrevistados a palavra PERMANENTEMENTE, juntamente com EXPORADICAMENTE deveriam ser opções. A pergunta então seria se existe um assessor territorial que apóie a gestão do colegiado.

Não existe nenhuma pergunta relacionada ao Coordenador, o que seria indispensável uma vez que se trata do acompanhamento da gestão.

Faltou perguntar quais as funções deste e daquele, pois nas reuniões estas se confundem, visto que é sempre o assessor que conduz a reunião, media, traz as informações sobre a gestão e o andamento das atividades do Colegiado, etc.

#### **Q4- Índice de Condição de Vida (ICV)**

O entendimento das perguntas pelos entrevistados era a primeira dificuldade. Era necessário que o entrevistador mudasse a forma de perguntar ou explicasse a pergunta para que eles compreendessem. As perguntas são de difícil compreensão para o público alvo da pesquisa. Ocorre ainda, que o questionário é muito extenso e cansativo, além de possuir termos distantes do contexto dos entrevistados. Ainda, havia algumas perguntas que condicionavam as respostas. Também se apresentou como necessário a inserção da resposta “Não se aplica” e “Não Sabe”, pois em alguns momentos estas era a informação passada pelo entrevistado.

Além das questões apresentadas, sugerem-se as seguintes alterações:

- Item III – a maioria não tem telefone. O sistema não aceitava a digitação sem o número. Optamos por digitar 0000-0000.
- Pergunta X – a questão da renda da produção x aposentadoria? Quando o aposentado detem uma renda oriunda da produção inferior à da aposentadoria, este deixa de ser agricultor familiar?
- Pergunta XII – “Tem até dois empregados permanentes?”. A pergunta mostrou-se confusa para quem respondia. Melhor seria perguntar: tem empregados? Quantos?
- Ainda, na pergunta XII – se a produção é variada, os entrevistados tinham dificuldade para entender. Seria interessante ter uma opção para saber que produtos são esses. O mesmo foi observado para a pergunta XIII.

#### **Execução da Pesquisa de Campo**

As aplicações dos questionários ocorreram no período de setembro de 2010 a junho de 2011, contando com: **(i)** os alunos dos Cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão; **(ii)** o professor colaborador (pertencente à mesma instituição) e **(iii)** o técnico e os dois estagiários da Célula. Cabe salientar, que os alunos estão vinculados a um projeto de extensão denominado “Desenvolvimento e

Sustentabilidade Territorial: construindo um processo de desenvolvimento para o Território do Alto Sertão Alagoano a partir de suas complexidades locais”.

Durante o transcorrer da aplicação dos questionários houve diversos fatores que poderiam ter inviabilizado este processo, ou o dificultaram. Por exemplo, as péssimas condições das estradas que no inverno tornam-se, praticamente, intransitável. Entretanto, outros fatores dificultaram a aplicação destes questionários, como:

- **O esvaziamento das reuniões do Colegiado (dificultou a execução na aplicação do Q2 e Q3):** para executar esta atividade tornou-se necessário realizar as entrevistas com os componentes do Colegiado em suas casas e/ou nas instituições/organizações. No caso do Q3, optou-se por adiantar as entrevistas inerentes ao Q2 para depois finalizar o Q3.
- **Dificuldade em agendar as visitas e realizar a entrevista com os prefeitos (dificultou a execução na aplicação do Q1):** para executar esta atividade optou-se por: *(i)* contatar os secretários de agricultura no intuito de agendar a entrevista com os prefeitos; *(ii)* não conseguindo agendar antecipadamente com o prefeito, o entrevistador deslocava-se até o município na esperança de encontrar o prefeito e ser atendido por ele; e *(iii)* não obtendo sucesso nos dois procedimentos anteriores solicitava-se do prefeito a indicação de algum assessor para ser entrevistado em seu lugar.
- **Dificuldade em entrevistar os representantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (dificultou a execução na aplicação do Q1):** houve dificuldades em executar a aplicação destes questionários uma vez que: *(i)* alguns municípios não possuem o CMDRS, *(ii)* ou a relação de nomes referentes a gestão do CMDRS, e passada a Célula, contemplava a gestão anterior; e *(iii)* alguns CMDRS não estavam funcionando.
- **Dificuldade em realizar as entrevistas do ICV:** inicialmente as dificuldades foram oriundas da não compreensão acerca da localização das amostras, sendo tal dificuldade superada com a utilização de mapas censitários do IBGE e auxílio de pessoal em campo nos municípios a serem pesquisados (técnicos das Secretarias Municipais de Agricultura ou Sindicatos). Num segundo momento o problema deu-se devido às más condições das estradas que dificultavam (em algumas vezes impossibilitavam) o deslocamento no meio rural do município, ora lócus da pesquisa de campo. Associado as más condições das estradas o período de chuvas tornou o trabalho mais complicado

e lento, uma vez que as estradas tornaram-se praticamente intransitáveis, gerando um atraso na aplicação do questionário referente ao ICV.

Assim, estes foram os principais fatores que dificultaram e atrasaram a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In etc, espaço, tempo e crítica. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*, n° 2 (4), vol. 1, 15 de Agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/etc>>. Acessado em 20 out 2009.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT/MDA). *Sistema de Gestão Estratégica: Identidade Territorial (Manual)*. Brasília: SDT/MDA, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Sistema de Gestão Estratégica: Índice de Condições de Vida (Manual)*. Brasília: SDT/MDA, 2011b.

\_\_\_\_\_. *Sistema de Gestão Estratégica: Capacidades Institucionais (Manual)*. Brasília: SDT/MDA, 2011c.

\_\_\_\_\_. *Sistema de Informações Territoriais*. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s>

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). *Geografia: Conceitos e temas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 140-164.